



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
(Contadoria Geral-1841)**

**DIEx nº 180-ASSE2/SSEF/SEF - CIRCULAR
EB: 64689.004233/2018-18**

Brasília, DF, 8 de junho de 2018.

Do Subsecretário de Economia e Finanças

Ao Sr Chefe da 10ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 11ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 12ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 1ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 2ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 3ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 4ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 5ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 6ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 7ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 8ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército, Chefe da 9ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército

Assunto: pagamento de seguro obrigatório de veículos (DPVAT) - orientações

1. Trata o presente expediente da realização de despesa para o pagamento do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT).

2. Esta Secretaria verificou que muitas Unidades Gestoras (UG) do Exército têm executado as despesas referentes ao pagamento do DPVAT (ND 33.90.3.69 - Seguros em Geral), por meio de empenho emitido na situação "NÃO SE APLICA" (modalidade de licitação - opção nº 8), em favor da seguradora "Líder dos Consórcio de Seguros DPVAT Ltda (CNPJ: 09.248.608/0001-04).

3. A fim de dirimir dúvidas na execução desse tipo de despesa, após o estudo do assunto sob o aspecto técnico-normativo, são feitas as considerações que se seguem:

a. o Seguro DPVAT é um seguro de responsabilidade civil obrigatório instituído pela Lei Federal nº 6.194/74, que tem por objetivo cobrir danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por suas cargas, a pessoas transportadas ou não;

b. a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP 154, de 8 DEZ 06, consolidou as normas disciplinadoras do Seguro DPVAT e dispôs sobre a transformação dos Convênios DPAT em Consórcios, administrados por uma seguradora especializada, na qualidade de líder dos consórcios, a partir de 01/01/2008;

c. a Portaria SUSEP nº 2.797, de 04 DEZ 07, combinada com o Art. 5º da Resolução CNSP nº 154/2006, concedeu autorização para operar com seguros de danos e de pessoas,

especializada em seguro DPVAT, à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, estabelecendo o monopólio legal para seguro DPVAT;

d. com a publicação das normas anteriormente citadas, deixou de existir concorrência para este tipo de seguro (DPVAT), ficando configurada a situação legal de "Inexigibilidade de Licitação" (caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/93);

e. destaca-se que a Macrofunção SIAFI 02.03.32 classifica seguros em geral como serviço de pessoa jurídica, forçando a aplicação da Lei nº 8.666/93 nessa aquisição, conforme seu Art. 1º, descartando-se a possibilidade de uso da situação "NÃO SE APLICA";

f. com relação à publicação do ato administrativo em comento no Diário Oficial da União (DOU), esta Secretaria emitiu o Ofício 065-A2/SEF, de 18 JUN 02, o qual foi recepcionado pelos Acórdãos TCU nº 1195/2009-Plenário, 2965/2009-2ª Câmara e 3018/2009-2ª Câmara, e ratificado pelo Ofício Circular nº 069-A2/SEF, de 01 SET 2009, firmando o entendimento de que as dispensas e inexigibilidades com valores enquadrados nos limites fixados nos incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93 não necessitam ser publicadas no DOU, em respeito ao princípio da economicidade, que deve ser preponderante na administração pública; e

g. o entendimento anterior foi ratificado, também, pela Advocacia Geral da União, por meio da ON nº 34/AGU, de 13 DEZ 11, que destacou a prevalência dos princípios da eficiência e economicidade na realização de despesas cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (*in verbis*):

"As hipóteses de inexigibilidade (art. 25) e dispensa de licitação (incisos III e seguintes do art. 24) da lei nº 8.666, de 1993, cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II do art. 24 da mesma lei, dispensam a publicação na imprensa oficial do ato que autoriza a contratação direta, em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, sem prejuízo da utilização de meios eletrônicos de publicidade dos atos e da observância dos demais requisitos do art. 26 e de seu parágrafo único, respeitando-se o fundamento jurídico que amparou a dispensa e a inexigibilidade."

4. Assim, diante dos argumentos apresentados, esta Secretaria entende o seguinte:

a. as despesas com o pagamento do DPVAT, Seguro Obrigatório de viaturas do EB, com montantes anuais acima do limite para dispensa por valor (Inciso II, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93), devem ser realizadas mediante a realização do processo de "Inexigibilidade de Licitação" (caput do Art. 25 da Lei nº 8.666/93) e publicadas no DOU; e

b. considerando os princípios da economicidade e eficiência, caso o montante da referida despesa seja inferior ao limite para dispensa por valor (Inciso II, do Art. 24 da Lei nº 8.666/93), o processo deverá ser de "Dispensa de Licitação"; sendo assim, recomenda-se que, por ocasião da emissão da minuta de empenho pela UG, seja registrado no campo "modalidade de licitação" a opção nº 6, incisos I e II, evitando, dessa maneira, a necessidade de preenchimento dos dados relativos à publicação em DOU.

5. Convém destacar ainda que as despesas com licenciamento de viaturas (ND 339047.10 - Taxas) permanecem sendo enquadradas na situação "NÃO SE APLICA" (modalidade de licitação - opção nº 8).

6. Por fim, esta Secretaria orienta que seja dada ampla divulgação ao tema ora tratado, devendo essa Inspeção publicar o presente expediente em Boletim Informativo.

Por ordem do Secretário de Economia e Finanças.

Gen Div RICARDO MARQUES FIGUEIREDO
Subsecretário de Economia e Finanças

"SIGAM-ME OS QUE FOREM BRASILEIROS: 150 ANOS DA BATALHA DE ITORORÓ"